

MAPEAMENTO GEOAMBIENTAL DO SETOR OESTE DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO CONDE, BAHIA

Carvalho, T.J.¹; Santos, F.N.¹; Brandão, A.G.¹; Carvalho, J.A.A.¹; Anjos, J.A.S.A.¹

¹Universidade Federal da Bahia

A expansão urbana intensa e sem planejamento leva à exclusão territorial e degradação ambiental que, além de submeter a maioria da população a uma inserção precária e vulnerável na cidade, gera situações de risco de vida. Neste contexto, é fundamental a atuação decisiva de políticas de gestão ambiental e planejamento territorial, e para isso são necessários investimentos no conhecimento do problema e identificação dos fenômenos geológicos recorrentes no município. Desta forma, o mapeamento geoambiental, um estudo multitemático e de visão sistêmica, pode ser aplicado para definir unidades geoambientais, identificando seus principais conflitos e impactos potenciais, bem como possíveis medidas mitigadoras, como foi feito neste estudo, na porção oeste do município de São Francisco do Conde. Este, apesar de ser economicamente favorecido por receber ICMS da Refinaria Landulpho Alves, possui uma série de passivos ambientais. Historicamente, o cenário ambiental do município conta com dois grandes passivos: (i) contaminação por metais pesados, principalmente Pb e Cd, nos solos e organismos dos manguezais, provenientes do beneficiamento de chumbo pela metalurgia da PLUMBUM na cidade de Santo Amaro, cujos resíduos industriais, em especial a escória, atingiram o rio Subaé, cuja foz é em São Francisco do Conde; e (ii) poluição por resíduos tóxicos de hidrocarbonetos oriundos da atividade petrolífera no campo Dom João, primeiro campo terrestre e marinho do Brasil. A partir de fotointerpretação e visitas a campo, foram individualizadas três unidades geoambientais, compartimentadas, principalmente, com base no relevo e uso do solo local. A primeira caracterizada por relevo aplainado, cotas de até 3m, solos hidromórficos e ecossistema de manguezais. A segunda unidade cujo relevo é transitório entre as baixadas planas e os topos de morros, possui os folhelhos do Grupo Ilhas como substrato e corresponde à área de maior ocupação. E por fim, a terceira unidade de relevo de morros, com cotas acima de 40 metros, arenitos finos e folhelhos intercalados do Grupo Ilhas e maiores restrições ao uso, por ser uma área acidentada. Além disso, constatou-se três conflitos ambientais predominantes: a) ocupação dos manguezais, áreas de preservação permanente, para habitação, apresentando elevado nível de contaminação por resíduos e efluentes domésticos; b) sistema de esgotamento sanitário deficitário que, além de não atender todas as residências, possui problemas estruturais, resultando em vários pontos de lançamento de esgoto em superfície; e c) ocupação em áreas de risco geotécnico, associado com taludes de corte e taludes de aterro lançado. Isto posto, conclui-se que os mapas geoambientais propiciam subsídio técnico para diversos setores de infraestrutura, exploração, saúde pública e meio ambiente, e se caracterizam como instrumento de planejamento territorial, auxiliando o desenvolvimento dos Planos Diretores Urbanos, e assim auxiliando as prefeituras e gestores territoriais na tomada de decisão no uso sustentável e ocupação do solo urbano e rural.

PALAVRAS-CHAVE: Mapeamento Geoambiental; São Francisco do Conde; Conflitos Ambientais.